



# ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS COMO ESTRATÉGIAS CAMPONESAS ANTE O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE<sup>1</sup>

Everton Estevão de Melo <sup>2</sup>  
Mônica Cox de Britto Pereira <sup>3</sup>

## RESUMO

Apresentamos nesse trabalho uma análise das dinâmicas territoriais contemporâneas do município de Paulista/PE a partir da reflexão sobre as contradições e contraposições entre o uso corporativo e os usos sociais do território, bem como a oposição entre racionalidade hegemônica e contra-racionalidades que preside, respectivamente, tais perspectivas no âmbito das relações campo-cidade. Busca-se evidenciar, por um lado, as implicações espaciais decorrentes do projeto de desenvolvimento ancorado em um modelo de urbanização corporativa no município pesquisado e, por outro, o território usado, praticado e experienciado pelos camponeses e camponesas. Nesse sentido, analisamos a forma como vem se dando a urbanização do território e apontamos a organização social, os saberes e práticas agroecológicas como importantes estratégias gestadas pela população camponesa com a finalidade de permanecer vivendo e utilizando o espaço rural e conservando a agrobiodiversidade local.

**Palavras-chave:** Uso do Território, Agroecologia, Estratégias Camponesas.

## RESUMEN

En este trabajo presentamos un análisis de las dinámicas territoriales contemporáneas del municipio de Paulista/PE a partir de la reflexión sobre las contradicciones y oposiciones entre el uso corporativo y los usos sociales del territorio, así como la oposición entre la racionalidad hegemónica y las contra-racionalidades que preside, respectivamente, tales perspectivas en las relaciones campo-ciudad. Pretendemos destacar, por un lado, las implicaciones espaciales derivadas del proyecto de desarrollo anclado en un modelo de urbanización corporativa en el municipio investigado y, por otro, el territorio utilizado, practicado y vivido por los campesinos. En este sentido, analizamos cómo se ha ido produciendo la urbanización del territorio y señalamos la organización social, los conocimientos y las prácticas agroecológicas como importantes estrategias manejadas por la población campesina para permanecer viviendo y utilizando el espacio rural y conservando la agrobiodiversidad local.

**Palabras clave:** Uso Del Territorio, Agroecología, Estrategias Campesinas.

<sup>1</sup> Esse trabalho é parte dos resultados de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [everton.e.melo@gmail.com](mailto:everton.e.melo@gmail.com)

<sup>3</sup> Docente do Departamento de Ciências Geográficas e do PPGeo – UFPE. E-mail: [coxmonica@gmail.com](mailto:coxmonica@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Apresentamos nesse trabalho, como parte da pesquisa de dissertação, uma análise das dinâmicas territoriais contemporâneas do município de Paulista/PE a partir da reflexão sobre as contradições e contraposições entre o uso corporativo e os usos sociais do território, bem como a oposição entre racionalidade hegemônica e contra-racionalidades (SANTOS, 2017) que preside, respectivamente, tais perspectivas no âmbito das relações campo-cidade. Busca-se evidenciar através da análise geográfica, por um lado, as implicações espaciais decorrentes do projeto de desenvolvimento ancorado em um modelo de urbanização corporativa (SANTOS, 2018) no município pesquisado e, por outro, o território usado, praticado e experienciado pelos camponeses e camponesas.

Reconhece-se o Plano Diretor como o principal instrumento normativo do planejamento do município e como tal, demanda da sociedade civil organizada uma participação mais efetiva com a finalidade de incidir sobre a formulação das políticas públicas e das ingerências no âmbito da esfera municipal, em síntese: nos processos de tomada de decisão.

Oportunamente, expomos a necessidade de ampliar a participação da sociedade civil organizada, sobretudo da população camponesa que vem sendo profundamente afetada pela urbanização do território no município, que no presente momento histórico vem sendo submetida conjuntamente com o espaço rural aos interesses dos agentes do Estado e do mercado. Nesse sentido, a viabilidade dessa participação tem sido conquistada em razão da gestação de contra-racionalidades e de densidades comunicacionais (SANTOS, 2017).

Desse modo, através da análise das dinâmicas contemporâneas do município e da reflexão sobre as estratégias camponesas (GOMES DA SILVA, 2017), suas formas de organização social, seus saberes e práticas de uso do território, exporemos como a regionalização concebida no Plano Diretor vigente, em realidade, desconsidera o território usado pela população camponesa ao implementar um planejamento que reforça a cidade corporativa (SANTOS, 2018) em detrimento dos camponeses e seus modos de vida associados ao espaço rural (MARQUES, 2002, 2008). Refere-se, dessa maneira, àquilo que Ana Clara Torres Ribeiro (2004) trata de uma regionalização como ferramenta, resultante, pois, das ações hegemônicas do presente que ignoram a regionalização como fato.



Esse artigo é composto pela metodologia utilizada na pesquisa e a análise na qual abordamos as regionalizações observadas no Plano Diretor referentes ao espaço rural do município pesquisado, e as implicações espaciais da urbanização corporativa. Posteriormente, tratamos das regiões dos camponeses que utilizam o território. Com efeito, contrapondo-se a urbanização corporativa, a população camponesa experiencia a Agroecologia como uma poderosa estratégia social capaz de viabilizar a sua (re)produção, bem como valorizar suas potencialidades, seus saberes e práticas de manejo dos agroecossistemas em permanente convivência com a natureza (PEREIRA, 2016).

Em seguida, apontamos que a construção de tais estratégias têm como finalidade assegurar o reconhecimento das suas experiências e evidenciar as suas condições de existência no campo, demonstrando a importância da participação da sociedade civil organizada nos processos de tomada de decisão.

## **METODOLOGIA**

Como procedimento metodológico, toma-se como fio condutor o exercício do método geográfico (SANTOS, 2017) possibilitando desse modo que teoria e método participem de todo o texto e permita analisar as implicações espaciais da urbanização do território valendo-se conjuntamente, para essa finalidade, do trabalho e da pesquisa de campo como instrumento de análise geográfica.

Nesse processo, a pesquisa de campo é o conhecimento constituído por meio da vivência em transformação (SUERTEGARAY, 2009) Essa vivência se pauta pelo envolvimento entre o sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa, e se estabelece por meio da troca e de “uma relação produtora de conhecimento” (BRANDÃO, 2007, p.12).

Essa relação de troca, orientada pela construção dialógica do conhecimento, se apoia nos pressupostos de Paulo Freire (1996) para quem a ética se fundamenta pelo respeito aos diferentes saberes dos sujeitos envolvidos no processo da pesquisa. Nesse itinerário, tomou-se como base de realização das atividades de campo a observação participante, metodologia proposta por Carlos Rodrigues Brandão (2007) que mira a realização do trabalho vivenciando o lugar e o cotidiano das comunidades pesquisadas.

Com base nessa perspectiva articulada pela observação, viabilizou-se a constituição de relações mediadas pela permuta, conduzidas pela escuta e comunicação com os camponeses e camponesas (FREIRE, 2015). Partindo dessas premissas, pôde-se



compreender como se dão as estratégias camponesas engendradas face às relações campo-cidade na esteira da urbanização do território.

A pesquisa vem se apoiando em uma abordagem qualitativa e no levantamento de material documental, propiciados pelo trabalho exploratório de campo, pelos dados coletados, pelos registros fotográficos e pela revisão bibliográfica à luz da teoria e dos conceitos e categorias de análise da pesquisa geográfica. Abordar qualitativamente uma dada realidade implica responder questões cujo entendimento envolve nuances de significações, motivações e aspirações. Como elucidada Cecília Minayo (2001), esses fenômenos humanos são entendidos como parte integrante da realidade social, pois o ser social se distingue não apenas pelas ações, mas por suas relações, representações e intencionalidades inerentes ao universo da produção humana.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Ao analisarmos a história das sucessivas transformações do município de Paulista/PE constata-se um processo crescente de tecnificação do território (SANTOS, 2017) ao longo do século XX, mas, sobretudo, nos primeiros decênios do século XXI. No município observa-se, no tempo presente, um processo intenso e acelerado de artificialização do meio ambiente. Esse artifício se materializa, no presente momento histórico, através de um novo sistema de ações portadoras de uma racionalidade hegemônica que tem submetido a população camponesa e o espaço rural à lógica dos agentes do mercado. Esse processo de artificialização do território tem substituído o meio ambiente do município pelo meio técnico-científico e informacional, o novo meio geográfico.

A difusão do novo meio geográfico tem possibilitado, cada vez mais, um maior grau de integração do município de Paulista à Região Metropolitana do Recife (RMR)<sup>4</sup>. Essa integração, viabilizada por um projeto de desenvolvimento urbano concebido e implementado através de parcerias público-privadas, tem evidenciado a formulação da agenda de uma política urbana consubstanciada pelos interesses dos agentes hegemônicos

---

<sup>4</sup> O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDUI-RMR), instrumento amparado no Estatuto das Metrôpoles, tem orientado as diretrizes de adequação dos planos diretores dos municípios que compõe a RMR, impulsionado em grande medida por um grupo representado pelo Movimento Pró-Pernambuco composto, dentre outros, por agentes do mercado imobiliário com forte atuação em Paulista.



do mercado e do Estado. Tais interesses se manifestam no uso corporativo do território, materializado em modernizações seletivas do município evidenciadas na construção de novas obras e vias pelo poder público local e por empreendimentos privados do mercado imobiliário, tais como: *shopping center*, condomínios residenciais fechados, centros empresariais e de serviços.

Além das transformações que se dão sobre o território, gestando um território como norma, observa-se a concepção de formulações que conformam um território normado. Território como norma e território normado dão sustentação ao uso corporativo do território (SANTOS, 2017). Como norma, o território permiti usos cada vez mais específicos e desiguais do território, ao passo que o território normado viabiliza a difusão do meio técnico-científico-informacional no bojo do projeto de desenvolvimento assentado na urbanização corporativa. Como norma, o território de Paulista autoriza que uma pequena parcela da população desfrute das modernizações seletivas, gerando periferização evidenciada em exclusão social e geográfica para a maior parcela da população do município.

O território normado sugere, nesse sentido, uma normatização do território com a finalidade de atender os interesses dos agentes hegemônicos. A normatização do território em Paulista se traduz no zoneamento ambiental que deliberadamente definiu o município como majoritariamente urbanizado. Com isso, além da inexistência de uma política rural, a agenda da política urbana do município tem privilegiado a expansão do espaço urbano.

Todavia, conjuntamente com o espaço urbano, o município é composto por um espaço rural dinâmico e diverso, com uma população camponesa que vem se organizando socialmente e lutando para permanecer utilizando e praticando o território, além de desempenhar um importante trabalho por meio dos seus saberes e práticas agroecológicas na produção diversificada de alimentos, na conservação da agrobiodiversidade<sup>5</sup> e na manutenção da Vida.

No município, observa-se, através do exercício das atividades hegemônicas e hegemônicas, ações portadoras de verticalidades e horizontalidades, bem como a presença de uma tecnosfera e de uma psicofera. As verticalidades são portadoras de ações que caracterizam os espaços em que apenas uma temporalidade é considerada: o

---

<sup>5</sup> Nesse contexto, os processos culturais, os saberes e práticas agroecológicas, experimentados e compartilhados pelos agricultores camponeses, são um elemento central da agrobiodiversidade (SANTILLI, 2009).



tempo orientado pela competitividade à escala do país e do mundo. As horizontalidades comportam ações que caracterizam os espaços banais em que o contexto cotidiano abarca várias temporalidades, levando em conta a existência de todos e de cada um (KAHIL, 2012; SANTOS, 2017). Nessa perspectiva, horizontalidades e verticalidades são interpretadas como um par dialético complementar, em função da oposição entre a natureza das atividades que constituem o sistema de ações no território em Paulista.

A presença de uma tecnosfera e de uma psicofera permite entrever as transformações do território, pois ambas conjuntamente constituem o meio técnico-científico-informacional. Nesse sentido, cabe ressaltar a existência do prático-inerte, resultado das práticas depositadas nas coisas, tornadas condição para novas práticas, evidenciadas como totalizações do passado conformando heranças do processo social que configuram uma situação para as novas totalizações (SANTOS, 2013, 2017). Cada lugar acolhe, através do processo histórico, seu prático-inerte composto por uma tecnosfera e uma psicofera:

A tecnosfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicofera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo. Ambos são fruto do artifício e, desse modo, subordinados à lei dos que impõe a mudança (SANTOS, 2013, p. 30).

Como tecnosfera, o meio técnico-científico-informacional se dá em algumas frações do território brasileiro, “como psicofera ele é o domínio do país inteiro” (SANTOS, 2014, p.81). Isso evidencia que a psicofera dá suporte, acompanha e precede a esfera técnica e, por conseguinte, cria as condições sociais para a aceitação da tecnosfera.

As novas técnicas, a exemplo da informação em tempo real, invadem o território e se sobrepõe às técnicas preexistentes nos lugares. Um grupo reduzido de agentes hegemônicos se apropria da informação em tempo real e de outras técnicas, providas de ciência e informação, para atingir de forma mais rápida seu objetivo central: a maximização dos lucros, o motor único que preside o atual período (SILVEIRA, 2004). Esse processo evidencia que a particularidade das técnicas no tempo presente resulta de uma produção científica hegemônica, qualificada como uma tecnociência.

No território usado em Paulista, a tecnosfera tem concentrado os investimentos, ora da gestão municipal – através da construção de obras e vias públicas –, ora do setor





privado, por meio da implementação de projetos no espaço urbano. Ao passo que a psicosfera serve como produção dos significados e sentidos e estimula o imaginário por meio dos discursos hegemônicos e da ideologia do pensamento único (SANTOS, 2020b) do desenvolvimento e da modernização, amparada fundamentalmente na publicidade estampada sobretudo nos *outdoors* da cidade e difundida nas redes sociais das mídias digitais.

Nesse contexto, observa-se que a urbanização do território no município está estreitamente relacionada com a lógica privada do mercado, e o Estado, sobretudo em sua instância municipal, tem criado as condições necessárias para a construção de empreendimentos imobiliários voltados para os setores de serviços, comércio e especialmente condomínios residenciais. Reconhece-se, a partir da observação do processo vigente de urbanização, a pressão exercida sobre o espaço rural municipal e uma tendência a expansão do mercado imobiliário.

Essa tendência pode ser observada no avanço da área construída, sobretudo em função de grandes empreendimentos imobiliários, como em leilão, loteamento e venda das terras, e através da exploração dos bens naturais do município. Essa pressão se traduz na erosão genética e cultural, na elevação do preço da terra e dos alugueis, no parcelamento do solo, no aprofundamento das desigualdades territoriais e da pobreza, na crise do abastecimento de água potável, em síntese: na mercantilização da Vida e na fragmentação do território.

Essas modernizações seletivas têm ocasionado diversas implicações, que notabilizam-se pela insustentabilidade do projeto de desenvolvimento que atravessa a realidade dos camponeses no espaço rural de Paulista, seja pelo processo de urbanização do território sintonizada com a racionalidade dos agentes do mercado e, por conseguinte, incompatível com os modos de vida camponeses e com a conservação da agrobiodiversidade; seja também invadindo os sistemas técnicos camponeses historicizados, desconsiderando os seus modos de vida, a diversidade dos seus saberes e práticas constituídos através do tempo. Essas implicações espaciais desvelam o caráter nocivo e distópico do desenvolvimento capitalista assentado na urbanização corporativa.

Os problemas que foram evidenciados são experimentados pela população camponesa que vive em Paulista, a exemplo das comunidades nas regiões da Mata do Ronca e Mumbeca; comunidades camponesas implicadas e inseridas na realidade que integra o território do município pesquisado. A despeito dessas implicações, em



contraposição, essas comunidades permanecem vivas e conservando a agrobiodiversidade, assim, gestando as condições reais de (re)produção camponesa e manutenção da Vida.

A trajetória da pesquisa vem sendo orientada por essas reflexões, considerando que a Agroecologia está intimamente relacionada e contribui de forma significativa para o debate, sobretudo no que se refere a compreensão das experiências camponesas e as estratégias utilizadas pelos camponeses frente as implicações espaciais decorrentes do projeto de desenvolvimento urbano.

Desde a perspectiva da Agroecologia, os camponeses têm se organizado socialmente e ressignificado sua presença no campo e na cidade, antes vistos como pequenos produtores atrasados fincados a seu “pedaço de chão” resistindo a inexorável modernização. O próprio aforisma modernizador associado a imagem do paradigma do desenvolvimento capitalista é foco de críticas contundentes em função do perfil unilinear inerente a mentalidade monocultural, conforme Vandana Shiva (2003) bem aprofunda tal problemática.

Por conseguinte, evidencia-se a relevância dessas experiências como possibilidades reais de (re)produção social e de manutenção dos agroecossistemas e, nesse contexto, a Agroecologia se realiza com a experimentação e a proposição de alternativas concretas (CAPORAL & COSTABEBER, 2000). Nesse sentido, a transição para a Agroecologia é reconhecida como um meio de repensar os modos de vida através das relações e das práticas humanas em convivência com a natureza (CASADO et. al., 2000), sendo considerada por Schmitt & Petersen (2009) como um processo socialmente construído.

Efetivamente, a análise das implicações espaciais e das estratégias camponesas passa pela observação da regionalização normatizada no Plano Diretor em vigor, bem como pelo entendimento da organização social, das experiências e práticas agroecológicas postas em prática pelos camponeses e camponesas. Nesse sentido, nos apoiamos no tratamento dos dados levantados e na exposição dos aspectos socioespaciais que nos permitem compreender as dinâmicas territoriais contemporâneas e os conflitos defluentes da dialética do território usado pelos agentes hegemônicos e o território usado e praticado (RIBEIRO, 2017) pela população camponesa.





## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Paulista é constituído tecnicamente por quatro regiões administrativas e duas macrozonas: A Macrozona Rural e a Macrozona Urbana. Regionalização essa elaborada pelo poder público municipal e utilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Tecnologia e Meio Ambiente para a formulação de políticas públicas, planejamento e emissão de licenciamento ambiental.

Contudo, analisando as dinâmicas territoriais contemporâneas de Paulista, verificamos, que em razão das diretrizes do atual Plano Diretor esboçadas no zoneamento, o município vem sendo implicado por um sistema de ações hegemônicas conduzidas por uma racionalidade que preside o uso corporativo do território. Tais ações, portadoras de verticalidades, têm provocado diversas implicações espaciais observadas, sobretudo, na destruição do espaço rural e da agrobiodiversidade, afetando o modo de vida dos camponeses e camponesas, seus sistemas de saberes e práticas de uso do território.

Examinando a atual Planta de Zoneamento<sup>6</sup> constatamos que a forma como a regionalização foi empreendida pelo poder público não corresponde a realidade do território do município, haja vista que essa incorrespondência pode ser identificada pela maneira como a Zona Rural foi delimitada. Tal delimitação, que desconsidera as demais áreas da Zona Rural – incorporadas pela delimitação da Macrozona Urbana – não reflete, portanto, a dinâmica territorial do espaço rural. Essa distorção da realidade do território também pode ser observada nas Regiões Administrativas. No âmbito dessa regionalização, as comunidades camponesas desconsideradas não estão sendo contempladas pelas ações da Administração Regional (Quadro 1).

**Quadro 1** – Regiões Administrativas

<b>Subdivisão Administrativa</b>	<b>Bairros</b>
Administração Regional I	Centro, Bairro do Nobre, Vila Torres Galvão, Cidade Tabajara e Jardim Velho
Administração Regional II	Arthur Lundgren I, Arthur Lundgren II, Jardim Paulista, Mirueira e Paratibe
Administração Regional III	Maranguape I, Maranguape II, Jardim Maranguape, Fragoso, Engenho Maranguape e Jaguarana
Administração Regional IV	Janga, Pau Amarelo, Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Conceição, Maria Farinha, Enseadinha, Parque do Janga e Poty

Fonte: Prefeitura Municipal de Paulista/PE. Elaboração: Everton Melo

<sup>6</sup> A Planta de Zoneamento pode ser consultada na seguinte página eletrônica: <https://drive.google.com/drive/folders/1aNwxV3CeYBrebLLCejPckH4wJcs8FEIq?usp=sharing>

Nesse contexto, especificamente as Regiões da Mata do Ronca e de Mumbeca estão sendo ignoradas pela Administração Regional. Cabe, nesse sentido, alguns esclarecimentos sobre a realidade e a dinâmica do território no espaço rural do município. Em função da incorrespondência verificada na Planta de Zonemaneto, alguns aspectos precisam ser melhor compreendidos.

Um desses aspectos trata da Região da Mata do Ronca (Figura 1) – espaço rural onde estão situados diversos Sítios Agroecológicos – na qual apenas uma fração desse espaço está delimitado como rural, enquanto que uma considerável parcela foi convertida pelo Plano Diretor em Zona Especial de Conservação Urbana e Ambiental (ZECUA Ronca). Posteriormente, parcela relevante dessa ZECUA foi arrematada em um leilão pela Sales & Sales Advogados Associados juntamente com o Grupo Peixoto, o qual tem conduzido através da Golden Empreendimentos Imobiliários Ltda a construção de um Parque Temático.

**Figura 1** – Região da Mata do Ronca – Paulista/PE



Fonte: Everton Melo

Se faz imperioso ressaltar que a realização do referido leilão revela uma miríade de contradições e conflitos que merecem destaque. Em virtude de Ação Civil Pública movida pela 2ª Promotoria de Justiça de Desefa da Cidadania da Comarca de Paulista<sup>7</sup> a qual objetivou o pedido de decretação de nulidade da matrícula 210 do fólio real do Cartório do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis de Paulista, além de milhares de outras matrículas dela derivadas, a realização do leilão dessas terras assinala essa conflitualidade.

<sup>7</sup> Processo nº 006515-55.2017.8.17.3090 da Vara da Fazenda Pública de Paulista/PE.



De acordo com o Ministério Público de Pernambuco, a matrícula 210, aberta em 05/04/1976 seria nula pois foi lastreada em título que apenas teria transmitido a posse e não a propriedade, sobre uma vasta área de terras. Nesse sentido, a escritura pública deveria servir, apenas, como título para a aquisição da propriedade pela via de usucapião. Ainda segundo o Ministério Público, a matrícula 210 teria sido aberta de modo arbitrário pelo Cartório de Registro de Imóveis, levando em conta que a referida matrícula não expressava as dimensões e a área das terras que abarcavam o atual território do município de Paulista em praticamente sua totalidade.

Em que pese toda a importância socioterritorial das terras arrematas, haja vista que os grandes projetos de desenvolvimento em curso no município defluentes do uso corporativo do território avançam de forma mais intensa e acelerada desde a realização do leilão, a construção do Parque Temático tem provocado diversas implicações espaciais (Figura 2), evidenciadas no desmatamento do Bioma Mata Atlântica, na destruição do espaço rural e da agrobiodiversidade cultivada pelos camponeses, além de afetar profundamente a Comunidade Sítios do Ronca e o modo de vida associado a esse campesinato. Com efeito, o desenvolvimento desse projeto tem avançado ainda que tenha sido embargado pelo Ministério Público de Pernambuco em decorrência sobretudo de tais implicações.

**Figura 2** – Desenvolvimento do Parque Temático



Fonte: Everton Melo

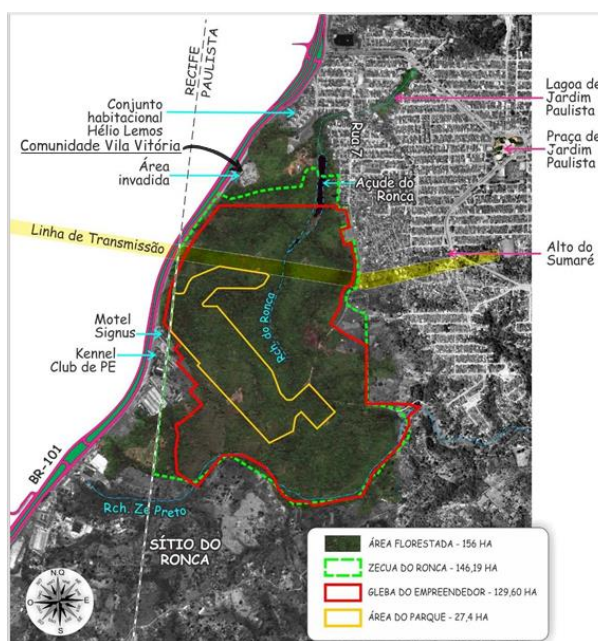
De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)<sup>8</sup> elaborado por exigência do Ministério Público de Pernambuco, o projeto de construção do Parque Temático contou com a anuência do poder público municipal, que aliás, tem impulsionado o desenvolvimento de diversas ações hegemônicas na esteira da

<sup>8</sup> O Relatório de Impacto Ambiental pode ser consultado na seguinte página eletrônica: [https://drive.google.com/file/d/1fTNjN6hMpNmdiVwhI8ZSqDz\\_HbfdUms/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1fTNjN6hMpNmdiVwhI8ZSqDz_HbfdUms/view?usp=sharing)

urbanização corporativa. Ao examinar esse relatório, um dos aspectos que mais chama atenção é referente a área e as dimensões das terras arrematadas no leilão, além dos possíveis desdobramentos que se apresentam como uma tendência para o território.

O relatório explicita que a área de Mata Atlântica inserida na Região da Mata do Ronca – historicamente ocupada há quarenta anos pelos camponeses e camponesas –, tem aproximadamente 156 hectares<sup>9</sup> dos quais 146,19 hectares integram a ZECUA Ronca, que por sua vez teve 129,60 hectares apropriados pelos agentes do setor privado. Ainda segundo o relatório, nessa área apropriada o Parque ocupará uma extensão de 27,4 hectares. Além dessas contradições verificadas no referido relatório, uma situação examinada também releva outro aspecto conflituoso. Esse conflito se evidencia no trato dispensado pelo RIMA referente à Comunidade Vila Vitória situada na mesma região há aproximadamente quinze anos, classificada como invasora pelos elaboradores do relatório (Figura 3).

**Figura 3** – Área da Região da Mata do Ronca apropriada pelos agentes do setor privado



Fonte: RIMA – Adaptado por Everton Melo

Uma das tendências decorrentes do desenvolvimento desse projeto se apresenta como um alerta preocupante para o território e para a população municipal, sobretudo para os camponeses situados na Região da Mata do Ronca. O relatório estima que o Parque poderá aportar um público de 7000 mil pessoas, e que por essa razão serão

<sup>9</sup> Entretanto, a delimitação exposta no relatório supracitado desconsidera a Mata Atlântica em sua totalidade, por não levar em conta os agroecossistemas da Comunidade Sítios do Ronca consorciados com a mata (FIGURA 1).

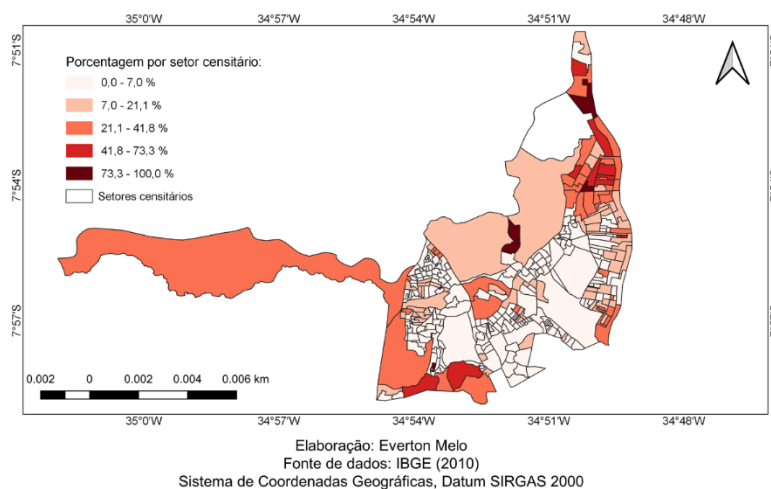


necessários 560m<sup>3</sup> de água por dia, além de uma reserva técnica para o controle de incêndios de no mínimo 50 m<sup>3</sup>. Segundo o RIMA, esse volume de água que abastecerá o Parque será captado do aquífero Beberibe através da perfuração de poços profundos. No que tange a questão do sistema de esgotamento sanitário, os efluentes serão lançados na bacia do Riacho Zé Preto, afluente que corta a comunidade Sítios do Ronca.

Atualmente a RMR vem sofrendo com crises sucessivas no abastecimento de água potável, sobretudo as populações periféricas e camponesas, que são as mais afetadas. Esse quadro revela a agudização de uma crise hídrica que põe em risco comunidades que vivem em condição de profunda vulnerabilidade social. Nessa dinâmica da RMR, o município de Paulista (Figura 4) não espaca desse drama vivido pela população metropolinata. O último senso do IBGE (2010) revelou que considerável parcela dos domicílios em Paulista não dispunha de acesso à água via rede geral da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa).

**Figura 4** – Mapa de indisponibilidade de água potável no município de Paulista/PE

Porcentagem de domicílios sem abastecimento de água da rede geral (Compesa) por setor censitário - Paulista/PE



Fonte: Everton Melo

Onze anos se passaram desde o último senso e o desenvolvimento urbano vem intensificando a demanda por água potável no município, e no tempo presente a crise hídrica é um grave problema que vem atravessando o cotidiano da população municipal. Alguns bairros ficam semanas sem o abastecimento de água via rede geral, no entanto, as condições são mais severas e preocupantes nas periferias, pois muitos domicílios sequer têm acesso à água via rede geral, revelando com isso um processo de precarização e escassez da condição de existência desses grupos em situação de vulnerabilidade social e territorial. Nesse sentido, questiona-se como o território pode acolher o projeto de um



Parque Temático que tendencialmente pode aprofundar a situação de insegurança hídrica da população do município e da RMR?

Além da obra do Parque Temático, outra ação hegemônica tem afetado a agrobiodiversidade da Região da Mata do Ronca. Trata-se de atividade mineradora (Figura 5) cancelada há aproximadamente uma década, ano após ano, via licenciamento ambiental emitido pelo poder público municipal. A mineração tem acarretado uma série de conflitos e implicações para a população camponesa, que se vê cada vez mais pressionada pelo avanço do desenvolvimento promovido pela urbanização corporativa.

**Figura 5** – Atividade mineradora na Região da Mata do Ronca



Fonte: Everton Melo (2020)

As implicações espaciais do desenvolvimento dessas obras já têm afetado profundamente as comunidades camponesas, sobretudo em função do desmatamento de considerável parcela de Mata Atlântica compreendida pelos camponeses e camponesas como essencial a manutenção da agrobiodiversidade da Região da Mata do Ronca. No território, a substituição da esfera natural por uma esfera técnica decorre de um sistema de ações pragmáticas, orientadas “por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento” (SANTOS, 2013, p. 87). No escopo desses projetos de desenvolvimento, essas ações hegemônicas portadoras de verticalidades têm provocado desagregação e desordem, onde anteriormente predominava uma ordem espacial em conformidade com os sistemas técnicos camponeses e suas respectivas temporalidades.

Desse modo, o leilão e apropriação das terras, a relação vertical das empresas com o lugar, que repercute na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento via parcerias público-privadas – aconrados em um modelo de urbanização corporativa –, nos





autoriza falar que existe em curso no município de Paulista um processo de privatização do território (SANTOS, 2001). No entanto, não obstante as verticalidades, o território se constitui das regiões como fato (RIBEIRO, 2004) que abrigam horizontalidades, orientadas não apenas pelas racionalidades hegemônicas, mas por contra-racionalidades. Racionalidades outras que se engendram por meio de densidades comunicacionais pautadas em resistências e projetos alternativos de desenvolvimento.

Tais projetos, construídos pelos camponeses e camponesas, se assentam no uso agroecológico do território. Desde a Agroecologia a população camponesa concebe a natureza como dimensão fundamental da condição de existência no campo, alimentando uma relação permanente de envolvimento e convívio com a esfera natural. Na compreensão dos camponeses e camponesas a mata é essencial aos agroecossistemas, de tal maneira, não existe separação entre os sistemas alimentares e a biodiversidade da região, que juntos, formam um *continuum* inseparável de agricultura de base agroecológica consorciada com a mata. De acordo com Vandana Shiva (2003):

A sobrevivência de florestas tropicais depende da sobrevivência de sociedades humanas cujo modelo são os princípios da floresta (...) O paradigma que promove a vida surgiu na floresta e nas comunidades florestais; o paradigma que destrói a vida surgiu no mercado. O primeiro cria um sistema florestal sustentável, renovável, que favorece e renova os sistemas de alimento e de água. A manutenção da capacidade de renovação é seu principal objetivo. A maximização dos lucros por meio da extração comercial é o principal objetivo administrativo do segundo. Como maximizar os lucros resulta na destruição da capacidade de renovação, os dois paradigmas são cognitiva e ecologicamente desproporcionais (SHIVA, 2003, p. 33).

Essa desproporcionalidade cognitiva e ecológica decorre da oposição entre as contra-racionalidades camponesas e a racionalidade hegemônica; entre o uso agroecológico e o uso corporativo do território. O território usado e praticado pelos camponeses e camponesas evidencia um sistema de saber diametralmente oposto ao saber dominante da tecnociência. As práticas agroecológicas verificadas nas experiências camponesas revelam projetos alternativos pautados em sistemas de saberes que orientam racionalidades outras e ações que promovem a manutenção da Vida.

Nesse contexto, as estratégias camponesas são exemplos de potencialidade e sabedoria, entretanto o reconhecimento e a valorização desses saberes é um fator imprescindível. Ainda que esses saberes sejam considerados primitivos e atrasados pelo



pensamento monocultural ocidental, é a partir dessa sabedoria que se viabiliza a percepção da Vida desde uma perspectiva integrada (PEREIRA, 2005).

Desde as experiências camponesas evidencia-se um profundo envolvimento com a natureza e com o espaço rural do município. Esse envolvimento pode ser observado nos sistemas alimentares consorciados com a mata (Figura 6), constituídos de rica diversidade ecológica e sociocultural, traduzidas no manejo agroecológico do solo, na produção diversificada de alimentos, na criação de animais, nos intercâmbios comunitários e na organização social.

**Figura 6** – Agroecossistema em um Sítio Agroecológico na Região da Mata do Ronca



Fonte: Everton Melo (2020)

A organização social conjuntamente com o uso agroecológico do território são estratégias engendradas pelas camponesas e camponeses mirando a valorização dos seus modos de vida, dos seus sistemas de saberes e, sobretudo, de suas condições de existência no campo do município de Paulista. Essas estratégias têm conduzido as ações da população camponesa que busca avançar com a finalidade de assegurar maior participação nos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, a prática do associativismo tem gestado um movimento solidário de conscientização dos direitos e deveres (LEONELLO, 2010) da população camponesa envolta da necessidade de assegurar a manutenção da Vida no espaço rural.

Evidentemente existe em curso um movimento de articulação associativa das comunidades camponesas, que busca dilatar os canais de participação da sociedade civil organizada nas ingerências da esfera pública. Destaca-se nesse cenário a realização de eventos, tais como: conferências municipais, a realização de um seminário (Figura 7),



a revitalização e a constituição de novas associações rurais, intercâmbios e reuniões organizativas.

**Figura 7** – 1º Seminário da Agricultura Familiar de Base Agroecológica



Fonte: Everton Melo (2019)

Com base nessa análise, observa-se o florescimento de um processo de organização das comunidades camponesas (Figura 8). Tal processo guarda estreita vinculação com o espaço rural e com o modo de vida camponês, abrindo caminho para um uso político do território. Os debates empreendidos giram em torno de questões fundamentais concernentes a promoção da cidadania nas comunidades, mirando o suprimento das necessidades de oferta dos serviços públicos essenciais como educação, saúde, mobilidade, acessibilidade e segurança no espaço rural, aliando um conjunto de ações que possibilitem o fortalecimento da agricultura camponesa, o reconhecimento tecnopolítico do espaço rural em sua totalidade e a criação de mecanismos de controle das ações hegemônicas visando a salvaguarda da agrobiodiversidade local.

**Figura 8** – Reunião dos camponeses e camponesas na Associação da Comunidade Sítios do Ronca



Fonte: Everton Melo (2021)



Nessa perspectiva, o envolvimento do campesinato no município de Paulista pode ser observado no processo de organização social gestado pelo associativismo e pelas experiências de Agroecologia que buscam criar a agenda de uma política rural assentada na cidadania e no uso agroecológico do território. A despeito dos limites e desafios enfrentados, sobretudo em função das implicações espaciais decorrentes do uso corporativo do território e da urbanização correspondente, a população camponesa segue avançando desde o espaço rural na construção de possibilidades e alternativas ao projeto de desenvolvimento urbano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na análise realizada neste artigo foi possível evidenciar, entender e explicar aspectos importantes das dinâmicas territoriais contemporâneas do município de Paulista, alguns conflitos em curso, assim como a relevância das estratégias da população camponesa, dos seus saberes e práticas de uso do território, das experiências agroecológicas, das articulações e organizações sociais, bem como a necessidade de ampliar a participação dos camponeses e camponesas nos processos de tomada de decisão no âmbito da esfera pública municipal.

Verificamos através da análise algumas contradições presentes no Plano Diretor e na regionalização intrínseca ao planejamento e a administração pública, evidenciando a premência de repensar e reformular as ações e práticas administrativas, fundamentalmente no que tange a forma como o zonemaneto municipal foi elaborado e o tratamento dispensado ao espaço rural e as respectivas regiões ocupadas pelas comunidades camponesas. Se faz indispensável, desse modo, a consideração de uma regionalização ancorada no território usado pela população camponesa, e principalmente que possibilite a participação dos povos do campo e da cidade na revisão do Plano Diretor, assegurando o exercício pleno da cidadania para o conjunto da sociedade do município.

Nesse sentido, vale salientar que o exercício da cidadania pressupõe o envolvimento de todos e todas, e como uma busca cotidiana pela conquista da liberdade, necessita ser mantida (SANTOS, 2020b). Dessa maneira, a prática desse exercício permanente orienta a construção de alternativas ao que está posto, ensejando a emergência de estratégias de lutas e resistências, mas especialmente de avanço rumo a outras possibilidades de ser e existir no campo e na cidade, com dignidade e justiça social.





## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan. 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. In. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan/mar de 2000.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madri: Mundi-Prensa, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

GOMES DA SILVA, Izabela Cristina. Estratégias camponesas e suas relações com a natureza. **Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**, v. 28, p. 03-19, 2017.

KAHIL, Samira Peduti. Usos do território: uma questão política. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. O Conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo:AGB, n.19, 2º sem. 2002, p.95-112.

\_\_\_\_\_. A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, v. 11, 2008, p. 57-67.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Desenvolvimento e Meio Ambiente: o todo é maior que a soma das partes. **Plurais**, Goiânia, GO: Universidade Estadual de Goiás, v.1 (2): 265-272, 2005.

\_\_\_\_\_. Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 11, n. 1, june 2016.



RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In.: LIMOND E., et al (org.). Brasil Século XXI – **Por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limond/CNPq, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço:** território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Território Brasileiro: Usos e Abusos. Arapiraca: EdUnear, 2017.

SANTOS, Milton. Uma Ordem Espacial: A Economia Política do Território. **GeoINova**. Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional. Lisboa n° 3, 2001.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2018.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020a. 174 p.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão.** 1. ed. São Paulo: EdUSP, 2020b.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores.** São Paulo: Petrópolis, 2009.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 21, n. 57, p. 1-21, set./dic. 2004.

SCHMITT, C. J; PETERSEN, P. F. Transição Agroecológica: Revisitando o Conceito a Partir das Experiências Desenvolvidas por Camponeses e Agricultores Familiares no Semi Árido Brasileiro e em Ambientes de Agricultura Modernizada no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, nov/2009.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo, Gaia, 2003.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia** (UFF), v. 4, n. 7, p. 64-68, 2009.